

\* 8 JUN 1993

# Freire procura garantir urgência para votar a regulamentação do IPMF

O projeto de regulamentação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), distribuído na semana passada para a Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, terá como relator o deputado Max Rosenmann (PDT-PR), informou a Agência Brasil.

Rosenmann tem prazo até a próxima semana para apresentar seu parecer, a não ser que o líder do governo, deputado Roberto Freire (PPS-PE), consiga urgência urgentíssima, transferindo a tramitação da comissão para o plenário da Câmara.

Freire precisa de 251 assinaturas de apoio à urgência. Segundo o presidente do Congresso Nacional, Humberto Lucena (PMDB-

PB), se o projeto do IPMF não chegar até o próximo dia 15 ao Senado, dificilmente a matéria poderá ser aprovada antes do início do recesso parlamentar de julho, segundo relata a repórter Adriana Vasconcelos. O líder do governo, apesar do quórum baixo previsto para esta semana, tentará garantir ainda hoje urgência urgentíssima para a matéria junto ao colégio de líderes partidários.

## REPASSE PARA ESTADOS

Rosenmann já identificou pelo menos um problema com relação ao Projeto do IPMF: pelo texto, o governo federal repassará aos governos estaduais e municipais recursos a uma alíquota zero, mas, quando os estados e municípios pagarem seus compromissos,

esses pagamentos serão feitos com a alíquota de 0,25%, a ser cobrada em todas as transações financeiras.

Preocupado com essa distorção, o relator Max Rosenmann encaminhou a todos os governadores estaduais cópia do projeto de regulamentação do IPMF, tal como votado pela Comissão de Finanças, para saber da posição de cada um sobre o problema.

Como o seu partido, o PDT, o relator Rosenmann defende a implantação do novo Imposto e a quebra do sigilo bancário em todos os casos, considerando que, neste caso, a Receita Federal deve ter acesso a todo tipo de informação, para fazer os cruzamentos necessários, visando a coibir a evasão fiscal.

Lucena, que almoçou ontem com o ministro da Fazenda, disse que entre as iniciativas de Fernando Henrique Cardoso estão: agilização da votação do projeto de rolagem das dívidas dos estados com a União, contenção dos gastos públicos através da reformulação orçamentária — que deverá ser negociada amplamente com o Congresso Nacional —, e um tratamento mais rígido aos bancos estaduais. Fernando Henrique espera, por exemplo, que os bancos estaduais passem a cumprir a legislação que estabelece as regras para o funcionamento destas instituições financeiras, exigindo entre outras coisas que os bancos não negociem com seus controladores.